

# **São Pedro Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## **São Pedro Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

### Índice

Relatório da Administração Regulatório .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	3
Balanco patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	11

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### A Companhia

A SPT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A SPT atua na região Nordeste e responde por, aproximadamente, 0,16% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a SPT detém as instalações localizadas nos estados do Piauí e da Bahia, formadas pelas linhas de transmissão (i) SEs Barreiras I - SE Rio Grande II em 230kv com extensão aproximada de 110 km, (ii) SEs Barreiras II - SE Rio Grande II em 230kv com extensão aproximada de 111 km (iii) SE Gilbués II - SE Bom Jesus II em 230kv com extensão aproximada de 139 km e (iv) SE Bom Jesus II - SE Eliseu Martins em 230kv com extensão aproximada de 134 km e instalações nas subestações Bom Jesus II, Eliseu Martins e Gilbués II, nos termos do Contrato de Concessão nº 015/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Linhas de transmissão em operação – Características Físicas						
Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
SPT	Simplex	230	494	1250	22/02/2018	09/10/2043

  

	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
SPT	67.277	Julho	IPCA

(\*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.216 de 04 de julho de 2023.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$71.603 mil para 2024 (acréscimo de 4,00% em relação a 2023), R\$71.603 para 2025 (acréscimo de 7,26% em relação a 2023) e R\$78.947 para 2026, 2027, 2028 (acréscimo de 14,67% em relação a 2023, respectivamente) conforme quadro a seguir:

RAP Esperada – em moeda constante de 31/12/2023							
Linha de Transmissão	2022 (*)	2023 (*)	2024	2025	2026	2027	2028
SPT	63.743	68.848	71.603	73.844	78.947	78.947	78.947

(\*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	64.932	60.043
EBITDA regulatório	44.784	45.977
Margem EBITDA	68,97%	76,57%
<b>Reconciliação do EBITDA</b>		
Lucro regulatório do exercício	25.147	26.197
Resultado financeiro	(2.214)	(1.583)
Imposto de renda e contribuição social	2.921	2.572
Depreciação e amortização	18.930	18.791
EBITDA regulatório	44.784	45.977

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

## **Governança Corporativa**

A Taesa realiza atividades administrativas da SPT e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

## **Política de Qualidade**

A SPT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

## **Declaração da Diretoria**

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## **Relacionamento com o Auditor Independente**

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo valor de R\$47 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da  
São Pedro Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Pedro Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras societárias*

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separadamente, sem modificação, com data de 22 de março de 2024.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Salvador  
Contador  
CRC nº MG 089422/O-0

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.748	22.146
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	6.941	6.234
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.360	1.349
Outras contas a receber		3.152	2.720
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>25.201</b>	<b>32.449</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	856	359
Depósitos judiciais		238	434
Imobilizado	6	453.976	470.992
Intangível	6	9.108	8.622
Outras contas a receber		1	3.645
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>464.179</b>	<b>484.052</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>489.380</b>	<b>516.501</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	9	2.634	2.761
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.148	1.191
Taxas regulamentares		739	495
Dividendos a pagar	8	13.119	16.343
Outras contas a pagar		1.685	1.776
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>19.325</b>	<b>22.566</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Provisões para riscos tributários e cíveis	10	290	489
Rateio de antecipação		4.622	2.877
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>4.912</b>	<b>3.366</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>24.237</b>	<b>25.932</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		537.235	537.235
Reserva de lucros		91.440	86.775
Prejuízos acumulados		(163.532)	(133.441)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>465.143</b>	<b>490.569</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>489.380</b>	<b>516.501</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização do sistema de transmissão		68.848	63.743
Parcela variável		(449)	(642)
<b>Receita bruta</b>		<b>68.399</b>	<b>63.101</b>
PIS e COFINS Corrente		(2.561)	(2.243)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(906)	(815)
Tributos e encargos		(3.467)	(3.058)
<b>Receita líquida</b>	16	<b>64.932</b>	<b>60.043</b>
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal		(7.305)	(6.531)
Material		(1.865)	(363)
Serviços de terceiros		(9.357)	(5.142)
Depreciação e amortização		(18.925)	(18.786)
Outros custos operacionais		(189)	(733)
	17	<b>(37.641)</b>	<b>(31.555)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>27.291</b>	<b>28.488</b>
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(958)	(743)
Serviços de terceiros		(413)	(415)
Depreciação e amortização		(4)	(5)
Outras despesas operacionais		(62)	(139)
	17	<b>(1.437)</b>	<b>(1.302)</b>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições</b>		<b>25.854</b>	<b>27.186</b>
Receitas financeiras		2.283	1.685
Despesas financeiras		(69)	(102)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	18	<b>2.214</b>	<b>1.583</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>		<b>28.068</b>	<b>28.769</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.921)	(2.572)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	11	<b>(2.921)</b>	<b>(2.572)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>25.147</b>	<b>26.197</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	15	0,04681	0,04876
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	15	0,04681	0,04876

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>25.147</b>	<b>26.197</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>25.147</b>	<b>26.197</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Lucros a realizar			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>537.235</b>	<b>6.054</b>	<b>28.252</b>	<b>27.004</b>	<b>(90.824)</b>	<b>507.721</b>
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	(27.004)	-	(27.004)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.197	26.197
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):							
Reserva legal		-	3.440	-	-	(3.440)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	49.029	-	(49.029)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(16.345)	(16.345)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	12	<b>537.235</b>	<b>9.494</b>	<b>77.281</b>	<b>-</b>	<b>(133.441)</b>	<b>490.569</b>
Dividendos intermediários pagos		-	-	(37.454)	-	-	(37.454)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.147	25.147
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):							
Reserva legal		-	2.762	-	-	(2.762)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	39.357	-	(39.357)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(13.119)	(13.119)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	12	<b>537.235</b>	<b>12.256</b>	<b>79.184</b>	<b>-</b>	<b>(163.532)</b>	<b>465.143</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do fluxo de caixa  
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		25.147	26.197
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6 e 17	18.929	18.791
Provisão para riscos tributários e cíveis	10	2	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	2.921	2.572
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	18	(7)	28
Despesa de atualização monetária de contingências	18	3	27
(Reversão) provisão para parcela variável		(15)	11
		<u>46.980</u>	<u>47.626</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		(1.189)	(1.231)
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(434)	(1.089)
Redução no saldo de outros créditos		3.416	463
(Redução) no saldo de fornecedores		(128)	(11.019)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		244	192
Aumento no saldo de outras contas a pagar		1.450	1.796
		<u>3.359</u>	<u>(10.888)</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>50.339</b>	<b>36.738</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.541)	(1.964)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>47.798</b>	<b>34.774</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições no imobilizado e intangível	6	(2.399)	(481)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(2.399)</b>	<b>(481)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	8	(53.797)	(27.004)
<b>Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(53.797)</b>	<b>(27.004)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(8.398)</b>	<b>7.289</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	22.146	14.857
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	13.748	22.146
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(8.398)</b>	<b>7.289</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas nos estados do Piauí e da Bahia, formadas pelas linhas de transmissão (i) SEs Barreiras I e II – SE Rio Grande II em 230kv com extensão aproximada de 106 km, (ii) SE Gilbués II – SE Bom Jesus II em 230kv com extensão aproximada de 153 km e (iii) SE Bom Jesus II – SE Eliseu Martins em 230kv com extensão aproximada de 142 km e instalações nas subestações Bom Jesus II, Eliseu Martins e Gilbués II, nos termos do Contrato de Concessão nº 015/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em maio de 2017.

A SPT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2024.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

#### **2.5. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

#### **2.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

### **3. POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS**

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **3.1. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

### **3.2. Intangível**

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

### **3.3. Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

### **3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária de contingências e outros.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3.5. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **3.6. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

### **3.7. Provisões para riscos tributários e cíveis**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.8. Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### **3.9. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador**

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente - O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis e concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

ICPC 01 - Contratos de Concessão - Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**3.10. Normas e interpretações novas e revisadas**

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade	As entidades devem divulgar informações materiais da política contábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

As normas listadas na tabela acima não impactaram essa demonstração contábil regulatória.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

<b>Norma</b>	<b>Descrição da alteração</b>
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo julgamentos de materialidade - divulgação de políticas contábeis.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de forfait (risco sacado, confirming ou securitização de contas a pagar); as alterações visam atender melhor às necessidades dos investidores, aumentando a transparência das operações e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.

A Companhia não espera que as adoções das normas listadas acima resultem em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis regulatórias em períodos futuros.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa e bancos	34	39
Aplicações financeiras	13.714	22.107
	<b>13.748</b>	<b>22.146</b>

<b>Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
CDB	101,38% do CDI	101,41% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	7.821	6.632
Parcela variável (i)	(24)	(39)
	<b>7.797</b>	<b>6.593</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.941</b>	<b>6.234</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>856</b>	<b>359</b>

(i) Parcela variável em aberto (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente de desligamentos programados e não programados realizados em 2023 e anos anteriores, que devido aos limites de descontos, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2023	31/12/2022
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	6.569	587	230	49	386	<b>7.821</b>	<b>6.632</b>

- Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
Resolução nº 3.216 de 04/07/2023			Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(i)		
Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
67.277	(2.271)	65.006	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto				Depreciação acumulada			Valor Líquido	
		31/12/2022	Adições	Reclassificação	31/12/2023	31/12/2022	Depreciação incorrida	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>										
<i>Transmissão</i>										
Móveis e utensílios	6,06%	231	-	-	231	(74)	(14)	(88)	143	157
Edificação	3,33%	74.135	-	-	74.135	(12.499)	(2.471)	(14.970)	59.165	61.636
Máquinas e Equipamentos	3,47%	473.746	-	32	473.778	(73.659)	(16.440)	(90.099)	383.679	400.087
		<b>548.112</b>	-	<b>32</b>	<b>548.144</b>	<b>(86.232)</b>	<b>(18.925)</b>	<b>(105.157)</b>	<b>442.987</b>	<b>461.880</b>
<i>Administrativo</i>										
Máquinas e Equipamentos		46	-	-	46	(46)	-	(46)	-	-
Móveis e utensílios	6,78%	59	-	-	59	(28)	(4)	(32)	27	31
		<b>105</b>	-	-	<b>105</b>	<b>(74)</b>	<b>(4)</b>	<b>(78)</b>	<b>27</b>	<b>31</b>
<b>Total Serviço</b>		<b>548.217</b>	-	<b>32</b>	<b>548.249</b>	<b>(86.306)</b>	<b>(18.929)</b>	<b>(105.235)</b>	<b>443.014</b>	<b>461.911</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>										
<i>Transmissão</i>										
Edificações		-	58	-	58	-	-	-	58	-
Máquinas e Equipamentos		5.174	1.828	(32)	6.970	-	-	-	6.970	5.174
Desenvolvimento de projetos		432	-	-	432	-	-	-	432	432
Adiantamentos a fornecedores <sup>1</sup>		344	(15)	-	329	-	-	-	329	344
Veículos		687	-	-	687	-	-	-	687	687
Material em depósito		585	-	-	585	-	-	-	585	585
A ratear		774	-	-	774	-	-	-	774	774
Outros		1.024	42	-	1.066	-	-	-	1.066	1.024
<b>Total em curso</b>		<b>9.020</b>	<b>1.913</b>	<b>(32)</b>	<b>10.901</b>	-	-	-	<b>10.901</b>	<b>9.020</b>
<i>Administrativo</i>										
Maquinas		3	-	-	3	-	-	-	3	3
Móveis e utensílios		58	-	-	58	-	-	-	58	58
		<b>61</b>	-	-	<b>61</b>	-	-	-	<b>61</b>	<b>61</b>
<b>Total em curso</b>		<b>9.081</b>	<b>1.913</b>	<b>(32)</b>	<b>10.962</b>	-	-	-	<b>10.962</b>	<b>9.081</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>557.298</b>	<b>1.913</b>	-	<b>559.211</b>	<b>(86.306)</b>	<b>(18.929)</b>	<b>(105.235)</b>	<b>453.976</b>	<b>470.992</b>

<sup>1</sup>Adiantamentos (compensações) a fornecedores relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangível	Valor Bruto			Amortização acumulada		Valor Líquido	
	31/12/2022	Adições	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>							
Transmissão							
Faixa de Servidão	7.512	-	7.512	-	-	7.512	7.512
Softwares	8	-	8	(8)	(8)	-	-
	<b>7.520</b>	<b>-</b>	<b>7.520</b>	<b>(8)</b>	<b>(8)</b>	<b>7.512</b>	<b>7.512</b>
Administrativo							
Softwares	76	-	76	(76)	(76)	-	-
	<b>76</b>	<b>-</b>	<b>76</b>	<b>(76)</b>	<b>(76)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Serviço</b>	<b>7.596</b>	<b>-</b>	<b>7.596</b>	<b>(84)</b>	<b>(84)</b>	<b>7.512</b>	<b>7.512</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
Transmissão							
Faixa de Servidão	1.106	486	1.592	-	-	1.592	1.106
	1.106	486	1.592	-	-	1.592	1.106
Administrativo							
Softwares	4	-	4	-	-	4	4
	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Total Curso</b>	<b>1.110</b>	<b>486</b>	<b>1.596</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.596</b>	<b>1.110</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>8.706</b>	<b>486</b>	<b>9.192</b>	<b>(84)</b>	<b>(84)</b>	<b>9.108</b>	<b>8.622</b>

	Taxas anuais médias de depreciação	31/12/2023			31/12/2022
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado e intangível</b>					
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	3,35%	555.664	(105.165)	450.499	469.391
Administração	2,75%	181	(154)	27	31
		555.845	(105.319)	450.526	469.422
<b>Em curso</b>					
Transmissão		12.493	-	12.493	10.127
Administração		65	-	65	65
		12.558	-	12.558	10.192
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>568.403</b>	<b>(105.319)</b>	<b>463.084</b>	<b>479.614</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b><i>Em Curso</i></b>			
Máquinas e Equipamentos	1.828	-	1.828
Edificações	-	58	58
Adiantamentos a fornecedores	-	(15)	(15)
Faixa de Servidão	-	486	486
Outros	-	42	42
<b>Total das adições do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>1.828</b>	<b>571</b>	<b>2.399</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo Circulante</b>		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	282	282
PIS e COFINS	29	-
Impostos e contribuições retidos	88	30
IRRF sobre aplicações financeiras	617	693
Outros	344	344
	<b>1.360</b>	<b>1.349</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
IRPJ e CSLL correntes	640	687
PIS e COFINS	219	174
INSS e FGTS	147	130
ISS	25	69
ICMS	-	24
Outros	117	107
	<b>1.148</b>	<b>1.191</b>

**8. PARTES RELACIONADAS**

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<b>Transação com a Controladora</b>					
1	OCR x Disponibilidades - Reembolso de despesas - TAESA (*)	Não aplicável.	Até o término da concessão	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
<b>Transação com empresas ligadas</b>					
2	CRCP x Receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST") - CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	Não aplicável.	Não Aplicável.
3	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SJT (*)	Não aplicável.	Não aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transação com a Controladora</b>					
1	Reembolso de despesas – TAESA	15	13	-	-
<b>Transações com empresa do grupo TAESA e empresa ligada</b>					
2	Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("CPST") - CEMIG	-	248	2.903	2.978
3	Reembolso de despesas - São João	-	3	-	-
		<b>15</b>	<b>264</b>	<b>2.903</b>	<b>2.978</b>

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<b>Transações com Controladora</b>					
1	OCP x Outras despesas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - TAESA	Não Aplicável.	01/12/2021 a 01/12/2026	Não Aplicável.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
2	OCP x serviço de terceiros - Serviços de O&M	R\$193 Valor Menal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% + juros de mora de 1% a.m./ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, incapacidade técnica, etc.
3	OCP x Obrigações - reembolso de despesas - Taesa (*)	Não Aplicável.	Não Aplicável.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
<b>Transações com empresa do grupo TAESA e empresa ligada</b>					
4	OCP x Custo com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	02/08/2021 - término indeterminado.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. A partir de 1º de abril de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). Não há atualização monetária.	O Convênio de Adesão celebrado entre a Empresa na condição de patrocinadora do Plano TAESA foi aprovado por meio da Portaria nº 513, de 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em: 02/08/2021   Edição: 144   Seção: 1   Página: 27

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transações com a Controladora</b>					
1	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	236	176	2.763	2.391
2	Serviços de O&M - Taesa	-	211	2.537	2.537
3	Reembolso de despesas - TAESA	2	16	-	-
<b>Transações com a Controladora</b>					
4	Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa	-	-	22	16
		<b>238</b>	<b>403</b>	<b>5.322</b>	<b>4.944</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2022	Dividendos pagos	Adição	31/12/2023
<b>Taesa</b>	<b>16.343</b>	(53.797)	50.573	<b>13.119</b>

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Orgão de aprovação	Data do pagamento	Montante
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2021/2022	09/11/2023	AGE	15/12/2023	12.000
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2021	24/08/2023	AGE	28/08/2023	2.657
Dividendos intermediários <sup>1</sup>	2021	17/02/2023	AGE	15/03/2023	22.797
					<b>37.454</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	2022	28/04/2023	AGO	28/08/2023	16.343
					<b>16.343</b>

<sup>1</sup> Valores advindos da reserva de lucros.

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

**9. FORNECEDORES**

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Passivo Circulante</u>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para operação e manutenção e implementação de infraestrutura relacionados a reforço em andamento	2.634	2.761
	<b>2.634</b>	<b>2.761</b>

**10. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS**

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$237 em 31 de dezembro de 2023 (R\$433 em 31 de dezembro de 2022).

Mutação das provisões	31/12/2022	Adição	Atualização	Pagamento	31/12/2023
Tributários	-	2	1	-	3
Cíveis	489	-	2	(204)	287
	<b>489</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>(204)</b>	<b>290</b>

Mutação das provisões	31/12/2021	Atualização	Servidões <sup>1</sup>	31/12/2022
Cíveis	<b>269</b>	27	193	<b>489</b>

<sup>1</sup> Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$3.419, sendo R\$2.697 referentes a contingências cíveis, R\$87 a contingências trabalhistas e R\$635 a contingências tributárias (valor atualizado de R\$3.150, sendo R\$2.489 contingências cíveis e R\$94 contingências trabalhistas e R\$567 contingências tributárias em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

## 11. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societário	82.791	82.791	88.577	88.577
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(2.287)	(2.287)	(1.432)	(1.432)
Diferença entre regime de caixa e competência	(10.372)	(10.372)	(22.250)	(22.250)
	70.132	70.132	64.895	64.895
Percentual	8%	12%	8%	12%
	5.611	8.416	5.192	7.788
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	2.276	2.276	1.713	1.713
Outras receitas financeiras	33	33	43	43
	2.309	2.309	1.756	1.756
Base de cálculo	7.920	10.725	6.948	9.544
Imposto de renda - 15%	(1.188)	-	(1.042)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(768)	-	(671)	-
Contribuição social - 9%	-	(965)	-	(859)
Total de despesa	(1.956)	(965)	(1.713)	(859)
<b>Total de IRPJ e CSLL</b>		<b>(2.921)</b>		<b>(2.572)</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente integralizado era de R\$537.235, representado por 537.235.007 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro com base no lucro societário – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e (b) Reserva de lucros a realizar - Com base no artigo 197º, da Lei nº 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido advinda dos efeitos da aplicação da CPC 47 - Receita de clientes, seja pelas receitas atreladas às margens de construção ou à correção monetária pelos efeitos da inflação sobre os fluxos de recebimentos futuros, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário	31/12/2023	31/12/2022 <sup>1</sup>
Lucro líquido do exercício	55.238	68.812
- Reserva legal (5%)	(2.762)	(3.440)
- Dividendos mínimos obrigatórios	(13.119)	(16.343)
- Reserva de lucros a realizar	(39.357)	(49.029)

<sup>1</sup> A AGO de 28 de abril de 2023 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2022.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### 13. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de Indenização	DM - Valor em risco (*)	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	Fator Seguros	20/09/23 a 19/09/24	10.000	-	1
Risco operacional	Fairfax Seguros	18/10/23 a 17/04/25	-	143.178	502
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Ezze Seguros	18/09/23 a 18/09/24	60.000	-	2

(\*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo Enterprise Risk Management (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

#### 14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

#### 14.3. Categorias de instrumentos financeiros e outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	13.714	22.107
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	34	39
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7.797	6.593
	<b>21.545</b>	<b>28.739</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	2.634	2.761
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	4.620	2.876
	<b>7.254</b>	<b>5.637</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

#### 14.4. Risco de mercado

##### 14.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

##### 14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2023	Cenário provável em 31/12/2024
CDI <sup>1</sup>	13,04%	9,00%

<sup>1</sup>Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 15 de março de 2024 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2023	Efeito Provável no LAIR - 2024 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	13.714	(554)

#### 14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### **14.6. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

#### **14.7. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**14.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**14.8.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	13.714	22.107	Nível 2

**15. LUCRO POR AÇÃO**

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	25.147	26.197
Quantidade de ações ordinárias	537.235	537.235
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,04681	0,04876

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**16. RECEITA LÍQUIDA**

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização do sistema de transmissão	68.848	63.743
Parcela variável	(449)	(642)
<b>Receita bruta</b>	<b>68.399</b>	<b>63.101</b>
PIS e COFINS Correntes	(2.561)	(2.243)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(906)	(815)
<b>Tributos e encargos</b>	<b>(3.467)</b>	<b>(3.058)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>64.932</b>	<b>60.043</b>

**17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS**

	31/12/2023	31/12/2022
-Remuneração direta	(5.528)	(4.891)
-Benefícios	(1.471)	(1.223)
-FGTS e INSS	(1.264)	(1.160)
<b>Pessoal</b>	<b>(8.263)</b>	<b>(7.274)</b>
<b>Materiais</b>	<b>(1.865)</b>	<b>(363)</b>
<b>Serviços de terceiros</b>	<b>(9.770)</b>	<b>(5.557)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(18.929)</b>	<b>(18.791)</b>
<b>Outros custos e despesas operacionais</b>	<b>(251)</b>	<b>(872)</b>
<b>Total custos e despesas</b>	<b>(39.078)</b>	<b>(32.857)</b>

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos com materiais para manutenção, operação de linhas de transmissão.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, limpeza de faixa de servidão, telefonia, contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH, serviços advocatícios, serviços de engenharia, vigilância e limpeza, e despesas com consultorias, auditoria, serviços gráficos, manutenção de propriedades e viagens.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, combustível, seguros, impostos, material de consumo e taxas e contribuições.

## 18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Renda de aplicação financeira	2.276	1.713
Atualização monetária de depósitos judiciais	7	(28)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.283</b>	<b>1.685</b>
Atualização monetária de contingências	(3)	(27)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(66)	(75)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(69)</b>	<b>(102)</b>
	<b>2.214</b>	<b>1.583</b>

## 19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, 50,00% (32% em 31 de dezembro de 2022) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 8 - Partes Relacionadas.

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020 <sup>1</sup>	INEMA
LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins - PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020 <sup>2</sup>	SEMAR-PI

<sup>1</sup>O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação. <sup>2</sup>Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**21. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Alteração na diretoria - Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. Os cargos permanecerão vagos enquanto é realizado o processo de sucessão.

**22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		13.748	-	13.748	22.146	-	22.146
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		6.941	-	6.941	6.234	-	6.234
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	52.217	52.217	-	50.062	50.062
Impostos e contribuições sociais correntes		1.360	-	1.360	1.349	-	1.349
Outras contas a receber e outros ativos		3.152	-	3.152	2.720	-	2.720
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>25.201</b>	<b>52.217</b>	<b>77.418</b>	<b>32.449</b>	<b>50.062</b>	<b>82.511</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		856	-	856	359	-	359
Depósitos judiciais		238	-	238	434	-	434
Direito de uso		-	-	-	-	119	119
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	618.025	618.025	-	605.788	605.788
Imobilizado	(iv)	453.976	(453.888)	88	470.992	(470.900)	92
Intangível	(iv)	9.108	(9.104)	4	8.622	(8.618)	4
Outras contas a receber		1	-	1	3.645	-	3.645
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>464.179</b>	<b>155.033</b>	<b>619.212</b>	<b>484.052</b>	<b>126.389</b>	<b>610.441</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>489.380</b>	<b>207.250</b>	<b>696.630</b>	<b>516.501</b>	<b>176.451</b>	<b>692.952</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		2.634	-	2.634	2.761	-	2.761
Passivo de arrendamento	(v)	-	-	-	-	180	180
Impostos e contribuições sociais correntes		1.148	-	1.148	1.191	-	1.191
Taxas regulamentares		739	-	739	495	-	495
Dividendos a pagar		13.119	-	13.119	16.343	-	16.343
Outras contas a pagar		1.685	-	1.685	1.776	-	1.776
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>19.325</b>	<b>-</b>	<b>19.325</b>	<b>22.566</b>	<b>180</b>	<b>22.746</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Provisões para riscos tributários e cíveis		290	-	290	489	-	489
Impostos e contribuições sociais diferidos	(ii)	-	20.639	20.639	-	20.200	20.200
Tributos diferidos	(iii)	-	23.079	23.079	-	22.630	22.630
Outras contas a pagar		4.622	-	4.622	2.877	-	2.877
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>4.912</b>	<b>43.718</b>	<b>48.630</b>	<b>3.366</b>	<b>42.830</b>	<b>46.196</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>24.237</b>	<b>43.718</b>	<b>67.955</b>	<b>25.932</b>	<b>43.010</b>	<b>68.942</b>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		537.235	-	537.235	537.235	-	537.235
Reserva de lucros		91.440	-	91.440	86.775	-	86.775
Prejuízos acumulados		(163.532)	163.532	-	(133.441)	133.441	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	(vi)	<b>465.143</b>	<b>163.532</b>	<b>628.675</b>	<b>490.569</b>	<b>133.441</b>	<b>624.010</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>489.380</b>	<b>207.250</b>	<b>696.630</b>	<b>516.501</b>	<b>176.451</b>	<b>692.952</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		68.848	(68.848)	-	63.743	(63.743)	-
Operação e manutenção		-	7.485	7.485	-	6.937	6.937
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	38.889	38.889	-	37.274	37.274
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	27.959	27.959	-	33.825	33.825
Receita de implementação de infraestrutura		-	145	145	-	2.352	2.352
Parcela variável		(449)	-	(449)	(642)	-	(642)
Outras receitas		-	8.762	8.762	-	8.831	8.831
<b>Receita bruta</b>	(vii)	<b>68.399</b>	<b>14.392</b>	<b>82.791</b>	<b>63.101</b>	<b>25.476</b>	<b>88.577</b>
PIS e COFINS Corrente		(2.561)	-	(2.561)	(2.243)	-	(2.243)
PIS e COFINS Diferidos		-	(448)	(448)	-	(381)	(381)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(906)	-	(906)	(815)	-	(815)
Tributos e encargos	(viii)	(3.467)	(448)	(3.915)	(3.058)	(381)	(3.439)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>64.932</b>	<b>13.944</b>	<b>78.876</b>	<b>60.043</b>	<b>25.095</b>	<b>85.138</b>
<i>Custos operacionais</i>							
Pessoal		(7.305)	-	(7.305)	(6.531)	-	(6.531)
Material		(1.865)	(2.399)	(4.264)	(363)	(453)	(816)
Serviços de terceiros		(9.357)	-	(9.357)	(5.142)	-	(5.142)
Depreciação e amortização		(18.925)	18.874	(51)	(18.786)	18.341	(445)
Outros custos operacionais		(189)	112	(77)	(733)	436	(297)
<b>Lucro Bruto</b>	(ix)	<b>(37.641)</b>	<b>16.587</b>	<b>(21.054)</b>	<b>(31.555)</b>	<b>18.324</b>	<b>(13.231)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>27.291</b>	<b>30.531</b>	<b>57.822</b>	<b>28.488</b>	<b>43.419</b>	<b>71.907</b>
Pessoal e administradores		(958)	-	(958)	(743)	-	(743)
Serviços de terceiros		(413)	-	(413)	(415)	-	(415)
Depreciação e amortização		(4)	-	(4)	(5)	-	(5)
Outras despesas operacionais		(62)	-	(62)	(139)	-	(139)
		(1.437)	-	(1.437)	(1.302)	-	(1.302)
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições</b>		<b>25.854</b>	<b>30.531</b>	<b>56.385</b>	<b>27.186</b>	<b>43.419</b>	<b>70.605</b>
Receitas financeiras		2.283	-	2.283	1.685	-	1.685
Despesas financeiras		(69)	(1)	(70)	(102)	(19)	(121)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	(x)	<b>2.214</b>	<b>(1)</b>	<b>2.213</b>	<b>1.583</b>	<b>(19)</b>	<b>1.564</b>
<b>Lucro antes dos impostos e contribuições</b>		<b>28.068</b>	<b>30.530</b>	<b>58.598</b>	<b>28.769</b>	<b>43.400</b>	<b>72.169</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.921)	-	(2.921)	(2.572)	-	(2.572)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(xi)	-	(439)	(439)	-	(785)	(785)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(2.921)</b>	<b>(439)</b>	<b>(3.360)</b>	<b>(2.572)</b>	<b>(785)</b>	<b>(3.357)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	(xii)	<b>25.147</b>	<b>30.091</b>	<b>55.238</b>	<b>26.197</b>	<b>42.615</b>	<b>68.812</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo de contrato de concessão**

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

**(iii) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

**(iv) Imobilizado e intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

**(v) Passivo de arrendamento e direito de uso**

A partir de 01/01/2022 o MCSE incorporou o CPC 06 (R2), porém a administração optou por não adotar nas demonstrações contábeis regulatórias os efeitos do CPC 06(R2), considerando que os custos para tal superam os benefícios ao leitor diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vi).

**(vi) Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>628.675</b>	<b>624.010</b>
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(670.242)	(655.850)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	462.992	479.518
Direito de uso (CPC 06 R2)	-	(119)
Passivo de arrendamento (CPC 06 R2)	-	180
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	20.639	20.200
Tributos diferidos (CPC 47)	23.079	22.630
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>465.143</b>	<b>490.569</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(vii) Receita bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

**(viii) Tributos e encargos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

**(ix) Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

**(x) Despesas financeiras**

As despesas financeiras referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicadas na contabilidade regulatória.

**(xi) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 (R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(xii) Lucro líquido do exercício**

<b>Conciliação do lucro societário e regulatório</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Lucro societário do exercício</b>	<b>55.238</b>	<b>68.812</b>
Receita bruta (CPC 47)	(14.392)	(25.476)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	448	381
Depreciação e amortização (CPC 47 e CPC 06 R2)	(18.874)	(18.341)
Custos e despesas operacionais (CPC 47 e CPC 06 R2)	2.287	17
Juros - Passivo de arrendamento (CPC 06 R2)	1	19
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	439	785
<b>Lucro regulatório do exercício</b>	<b>25.147</b>	<b>26.197</b>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

\*\*\*\*\*

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes  
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Vago	Diretor Presidente
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

**Marcelo Meira Trunquim Fernandez**  
**Contador CRC RJ-087299/O-7**  
**CPF nº 009.111.247-80**